

DOI: 10.33947/1980-6469-v14n2-3515

AS FESTIVIDADES NO GRUPO ESCOLAR PADRE MÁRIO FORESTAN NAS PRÁTICAS ALFABETIZADORAS, 1958 A 1974**THE FESTIVALS IN PADRE MÁRIO FORESTAN SCHOOL GROUP IN THE LITERACY PRACTICES, 1958 TO 1974**Geracilda Maria de Oliveira¹, Sonia Maria Santos²**RESUMO**

Este artigo foi elaborado seguindo os pressupostos teóricos da Nova História Cultural e metodológicos da História Oral, teve como proposta refletir sobre os aspectos didáticos-pedagógicos nas festividades escolares ocorridas no Grupo Escolar Padre Mário Forestan, no período de 1958 a 1974, em datas comemorativas, em festividades de caráter cívico ou religioso, em passeios pedagógicos e em desfiles escolares. Essas festividades suscitam a imaginação, a criatividade dos alunos e permitem que eles tenham acesso aos bens sociais e culturais brasileiros, porém, as mesmas cumprem os ideais republicanos em formar o novo cidadão e o trabalhador. À vista disso, o presente artigo visa analisar as festividades escolares como ferramenta educacional, como elemento norteador para as práticas das professoras alfabetizadoras.

PALAVRAS-CHAVE: Festividade. Grupo escolar. Práticas alfabetizadoras.

ABSTRACT

This article was elaborated following the theoretical assumptions of the New Cultural and Methodological History of Oral History. Its purpose was to reflect on didactic-pedagogical aspects in the school festivities that took place in the Padre Mário Forestan School Group, from 1958 to 1974, on commemorative dates, in festivities of civic or religious character, in pedagogical tours and in school parades. These festivities raise the imagination and the creativity of the students and allow them access to Brazilian social and cultural goods, but they fulfill the Republican ideals in forming the new citizen and the worker. In view of this, this article aims to analyze school festivities as an educational tool, as a guiding element for the practices of literacy teachers.

KEYWORDS: Festivity. School group. Literacy practices.

1 Mestre em Educação PPGED/UFU. Professora da Rede Municipal de Educação.

2 Professora Titular da FACED/UFU

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho é um resultado da pesquisa de mestrado, que foi realizada sobre a instituição escolar chamada Grupo Escolar Padre Mário Forestan (GEPMF), localizado no Bairro Presidente Roosevelt, na cidade de Uberlândia com o título “Modos de fazer das alfabetizadoras do Grupo Escolar Padre Mário Forestan – 1958 a 1974”. A investigação sobre o GEPMF foi realizada pelo aporte teórico da Nova História Cultural que permite aos pesquisadores investigar diversos aspectos da vida humana, essa nova modalidade de fazer pesquisa histórica possibilitou a adoção de novas fontes, bem como, a mudança paradigmática sobre o que é um documento histórico. A Nova História Cultural se aproximou de diversos campos do conhecimento, adotou os seus pressupostos e ampliou as suas categorias de análise, dessa forma, tornou possível aos pesquisadores históricos investigar a realidade humana presente em diversos contextos sociais e culturais, permitindo aprofundar os conhecimentos sobre as transformações ocorridas no mundo, incluindo no seu campo investigativo, estudos que antes eram negligenciados pela História Tradicional. À vista disso, a História se enriquece com a metodologia das outras ciências humanas, promovendo uma nova abordagem historiográfica, passando, também, a ocupar-se com temas marginais.

Sendo assim, os pesquisadores incorporaram no seu repertório de buscas, vários aspectos da existência humana presentes na sociedade, fatos que lhes são próprios, dentre esses, a história da educação e todos os aspectos dessa complexa realidade, o presente artigo buscou conhecer os processos educativos que acontecem, especificamente, nas festividades escolares.

A História Oral foi desdobramento do novo jeito de pesquisa histórica, ela surge uma nova forma de pensar a sociedade. As entrevistas são utilizadas pela História Oral para captar as experiências humanas e transformá-las em fonte. Por intermédio dessa metodologia foi possível conhecer as práticas alfabetizadoras de duas professoras, ambas trabalharam no GEPMF por mais de trinta anos. No decorrer do artigo, para maior clareza, elas foram identificadas por Gonçalves e Faria. As entrevistas foram instru-

mentos que nos permitiu adquirir conhecimentos do processo multifacetado, próprio da alfabetização, que aconteceu no GEPMF e conhecer a realidade dessa unidade escolar. Portanto, de acordo com os relatos das professoras, elas expressam como aconteceu a alfabetização no período pesquisado e como suas práticas promoveram os processos de aquisição da leitura e da escrita.

Em consonância com suas falas, a apropriação efetiva dessas aprendizagens feitas pelos alunos é importante para a formação do cidadão, ou seja, ser alfabetizado permite a participação dos alunos no exercício da cidadania, pois, ser cidadão se constitui por meio da apropriação de valores culturalmente construídos pela sociedade, em função disso, o espaço escolar é o *lócus* onde se transmite os conteúdos sistematizados pela humanidade e também, promove práticas de sociabilidade. De acordo com os seus depoimentos, é relevante o papel das datas cívicas, os desfiles, as comemorações, das festividades realizadas pela escola, para a vida do aluno:

A vida continua na escola, essas datas são celebrações como aniversário de um membro da família. As festividades são rememorações de fatos importantes da nossa história, e fazia parte do currículo, era uma determinação do governo. A escola tinha que participar das comemorações, dos desfiles de 7 de setembro – o dia da Independência do Brasil - no dia do aniversário da cidade. A escola precisava ser representada nesses desfiles. Lá vão os professores com seus alunos, de acordo com as normativas da Superintendência de Ensino, debaixo do sol ou da chuva, todos a pé... Mas, quando era estudante lá em Ituiutaba eu gostava muito, no Colégio, tinha um uniforme de gala, que a gente punha e ficava tão linda, e ficava sentindo-se uma princesa. Tinha uma boina e uma saia listrada, e eu ficava pensando: “Hoje é dia do desfile!”. Como professora eu levava os alunos para participarem dos desfiles, eles atravessavam a avenida toda desfilando, era muita responsabilidade para os professores, mas os alunos gostavam, era um passeio, todos eram animados pela fanfarra da escola (FARIA, 2017, apud OLIVEIRA, 2018, p.145).

Na busca dos rastros históricos do GEPMF, a pesquisa iniciou em 1958 e estendeu até o ano de 1974, embora a extinção dos Grupos Escolares tenha sido promulgada pela Lei de Diretrizes e Bases nº. 5.692 de agosto de 1971, a instituição em questão viveu um período de transição de quase três anos, e assim, continuou atendendo os alunos dessa região com a mesma nomenclatura até o ano de 1974, quando se tornou Escola Estadual Padre Mário Forestan, pela Resolução nº. 810/74, sendo que a mesma permanece em funcionamento na mesma localidade até os dias atuais.

Justifica-se essa demarcação temporal porque foi quando um membro de uma família tradicional da sociedade uberlandense fez uma doação de um terreno para que a prefeitura construísse uma escola no referido bairro, e atendesse as demandas escolares dos moradores locais. Posto que, a doação tenha sido efetivada em 1958, no entanto, por questões políticas e burocráticas, a escola começou a ser construída em 1962, de acordo com o projeto de Bias Fortes, executado pelo governador João Pinheiro. Bias Fortes havia pensado na criação de muitas escolas de fácil construção e que deveriam ser espalhadas por todo o território mineiro:

Em abril de 1961, no primeiro ano da gestão do governador Magalhães Pinto, aplicou a solução para a instalação de novas escolas públicas em Minas Gerais. Um plano elaborado pela então Secretaria da Viação e Obras Públicas para a construção, em até nove meses (ou seja, até janeiro de 1962), de 400 novas unidades escolares em todo o estado. Para tanto, era especificado no edital que as unidades poderiam ser construídas em alvenaria, metal, madeira ou qualquer outro material que pudesse ser pré-fabricado [...] (MINAS GERAIS, Diário Oficial, 1961, s/p).

O movimento de expansão das escolas públicas em Minas Gerais está associado à demanda de escolarização, provocada pelo um processo acelerado de urbanização, provocada pelo êxodo rural causado por uma crise no setor agrícola nacional, junto com o desenvolvimento do setor industrial brasileiro. Desse modo, surgiu a necessidade de preparar um grande número de trabalhadores para atuarem nas fábricas,

mas por falta de recursos para construir muitos prédios escolares e atender essa demanda, o governo mineiro, criou um projeto para facilitar a construção de escolas padronizadas, logo, essas escolas demonstravam a preocupação com a racionalização e otimização do tempo de construção.

O enfrentamento do déficit de salas de aula no Estado pressionava para soluções padronizadas e de rápida construção. [...] Exemplo disso está nas chamadas Escolas de Lata. Nessa experiência por meio de um processo licitatório o governo estadual construiu 400 escolas padronizadas em 9 meses. Essas escolas foram construídas utilizando um sistema construtivo baseado no aço, presente nas estruturas (pilares e vigas), nas vedações e na cobertura. [...] O emprego indiscriminado do aço determinou uma baixa qualidade ambiental dos espaços. Por isso, elas tiveram grande rejeição obrigando a CARRPE a abandonar rapidamente esse modelo (SILVA, SANTOS, 2016, p.180).

As construtoras CARRPE e CARPE ganharam das concorrentes, embora, a Companhia de Reparo e Restauração dos Prédios Escolares do Estado (CARRPE) tenha inicialmente cuidado da manutenção, ampliação e reforma dos espaços escolares mineiros, junto com a Comissão de Construção, Ampliação e Reconstrução dos Prédios Escolares do Estado (CARPE) – se tornaram os órgãos públicos que mais projetaram e construíram edifícios escolares no Estado de Minas Gerais. Entre 1958 e 1987, elas foram responsáveis pela elaboração de mais de 3.000 projetos. Coube a CARPE construir as escolas padronizadas, no governo de Magalhães Pinto, essas escolas ficaram conhecidas como Escolas de Latas.

O município de Uberlândia encontrava-se em um movimento de expansão populacional e territorial, havia uma grande necessidade de escolas na cidade, situação essa que seria resolvida se implantasse na cidade escolas como moldes das escolas de lata do Estado, dessa forma, o GEPMF fez parte dessa solução arquitetônica.

Conforme o relato da professora Faria (2017), que trabalhou na instituição desde o início das atividades educativas em 1963:

As escolas de lata foram um projeto do governador Magalhães Pinto, em cada cidade construiu-se uma escola desse modelo. Porque era construído rapidamente, em uma semana montava uma escola, mas lá no Padre Mário não aconteceu assim, porque a construtora não terminou a escola, por isso não começaram as aulas, as causas que atrasaram as obras foram os arremates, a construção da escada de acesso, o piso por fazer, enfim, esses acabamentos finais foram terminados depois. Mas, levantar o prédio foi feito muito rápido, levantar o prédio era muito fácil porque as partes vinham prontas, então bastava fincar a escola no chão (FARIA, 2017 apud OLIVEIRA, 2018, p. 129).

Os grupos escolares foram pensados pelos republicanos no início do século XX, pois, o Brasil apresentava baixo nível de desenvolvimento em relação aos países norte-americanos e europeus, eles inferiram que a principal causa desse atraso era o grande número de brasileiros analfabetos, portanto, o analfabetismo foi tratado como uma “chaga”, como uma doença que deveria ser combatida, diante dessa perspectiva, os grupos escolares foram construídos como estratégia de enfrentamento dessa realidade.

Segundo Both (2013, p.61) a educação, nesse período, tinha várias funções: promover a modernização do país, construir uma identidade para o povo brasileiro e consolidar os valores pátrios. As primeiras reformas propostas pelo governo visavam uma escola laica, obrigatória e gratuita, portanto, havia muitas expectativas sobre o papel da escola e esperavam que a escolarização tivesse várias atribuições como moldar o caráter das crianças, formar e capacitar os novos trabalhadores com os valores morais e cívicos. Ler e escrever tornaram meios para a consolidação de um ideal de nação, e também um pré-requisito para o exercício da cidadania, como votar, por exemplo.

Os grupos escolares em Minas Gerais foram pensados como instrumento do progresso e impregnados de proposta de mudanças, segundo Faria Filho: A criação dos grupos escolares era defendida, [...] como uma forma de “reinventar” a escola, objetivando tornar mais efetiva a sua contribuição aos projetos de homogeneização cultural e

política da sociedade. [...] Reinventar a escola significava, dentre outras coisas, organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos, controlar e fiscalizar o professorado, adequar os espaços e tempos de ensino; repensar a relação com as crianças, família e com a própria cidade. (FARIA FILHO, 2014, p. 38).

O processo de constituição do ensino público em Minas Gerais foi criado de acordo com os ideais liberais de João Pinheiro a partir de 1906, que propõe uma ampla reforma do ensino primário e do ensino normal ligada aos interesses de uma determinada concepção de sociedade e de política. A Reforma João Pinheiro foi promulgada pela lei nº 439, de 28 de setembro de 1906, busca superar a precariedade, as péssimas condições do ensino público mineiro.

Em Uberlândia, a educação se tornou uma preocupação com o crescimento da cidade, várias escolas particulares foram criadas, nesse momento, a participação do governo na educação se restringiu a construção de poucos prédios escolares, na sua maioria, a iniciativa pública na educação se evidencia pelas escolas isoladas, onde normalmente as aulas eram oferecidas em residências ou lugares precarizados, insuficiência de materiais didáticos, com alunos entregues aos cuidados de professores leigos.

Dentro desse contexto social, político e econômico que o GEPMF foi inaugurado, o Grupo escolar que possuía somente 4 (quatro) salas, mesmo atendendo em três turnos diurnos não atendia às demandas da comunidade local, além disso, tinha outros problemas de infraestrutura que se somavam as suas instalações precárias, como a falta de água e sanitários, sem oferecer as condições básicas necessárias para o bom andamento das aulas, o grupo foi inaugurado em 1963 e funcionou de forma, muitas vezes, improvisadas:

As paredes e o teto das salas são metálicos, sendo apenas o gabinete da direção e a cozinha foram feitos de alvenaria. Assim, em 1964, logo após o término do muro, a diretora fez campanhas adquiriu 35 árvores e plantou em volta do grupo na direção do portão, formando uma alameda, para que o sol não castigasse as crianças podendo elas ter sombra onde se abrigarem. [No] interior de uma sala de aula [,] além de

quentes devido a cobertura e as paredes metálicas, as cadeiras eram compridas, feitas de madeira tosca e comportava 5 alunos, as cadeiras longas prejudicam o ensino, porque a professora não podia chegar em todos os alunos. As salas são boas no tamanho porque medem 6,8m por 6,2m, mas não possuem bom material para a prática escolar (ATA DA ESCOLA, 1963, s/p).

Podemos constatar dois pontos importantes elencados pelos documentos do GEPMF. O primeiro diz respeito às condições dos estabelecimentos de ensino de Minas Gerais, com funcionamento precário e quase não comportando a quantidade de alunos matriculados; o segundo refere sobre as consequências que o crescimento da cidade de Uberlândia experimentou nas décadas de 1940 e 1950, especialmente no bairro onde a escola está localizada, esse tinha uma demanda alta, necessitando medidas emergenciais para que todos tivessem acesso à educação.

Embora, as condições físicas e estruturais do Grupo Escolar Padre Mário Forestan apresentavam problemas, esse local, foi palco das práticas professoras alfabetizadoras. Os princípios que regeram o funcionamento do GEPMF foram regulamentados pela lei 4.024/61, nortearam assim, as práticas das professoras, desde a organização do tempo escolar, o ensino graduado, a grade curricular, e o agrupamento dos alunos em salas homogêneas de acordo com o seu nível de desenvolvimento.

Os meninos eram selecionados por desenvolvimento mental, então os ruins e os que tinham dificuldade, ficavam numa sala só; os que eram bons ficavam tudo numa sala só, as salas eram homogêneas, os alunos eram separados de acordo com a sua capacidade. [...] Mas, no começo, quando a escola começou a funcionar, havia uma turma de cada série, não teve outro jeito, os alunos ficaram misturados. Quando passou a ter uma ou duas turmas de uma única série, passou a dividir os meninos em A1, B1, C1, A2, B2, C2, então, os alunos foram classificados por letras A, B e C, os números representavam se eram novatos nº 1, ou repetentes nº 2 ou 3, dependendo o tanto de vezes que estava repetindo aquela série. Tudo por letra. “A” – são os bons;

“B” – os burros, e “C” – coitados dos meninos! (FARIA, 2017 apud OLIVEIRA, 2018, p. 143).

Classificar os alunos de acordo com seu desenvolvimento pode ter prejudicado o desempenho dos alunos porque, segundo o relato da professora Faria, os alunos aprendem um com os outros. Mesmo assim, os grupos escolares foram um espaço privilegiado para sistematizar as práticas de alfabetização. Considerando que a alfabetização se realiza por um processo multifacetado, portanto, esse artigo se desenvolveu pela análise das festividades escolares e a aplicabilidade dos recursos da educação estética como um instrumental para as práticas educativas das professoras.

Educar os sentidos [...] por meio do desenho, da música, do teatro e da música na educação [cujo] objetivo fundamental da educação estética está na formação integral da criança. É necessário, para isso, o exercício efetivo das práticas artísticas na escola, seja na decoração da sala de aula, na execução de programas didáticos, na realização de exposições, nas apresentações em festas, nas comemorações cívicas ou datas especiais (VEIGA, 2016, p.413).

Considerando que essas atividades colaboram com a construção da subjetividade dos alunos, pois, expressam pontos de vista e julgamentos de valor da própria pessoa, seus sentimentos e preferências. Assim, por meio da interação no processo de planejamento, preparativos, ensaios, que culminam com a festividade, as ações feitas pelos alunos mediadas pelo professor, oportuniza a construção do respeito pela diversidade. E também, assegura aos professores elementos didático-pedagógicos que enriquecem suas práticas, porque a educação estética favorece a educação para o belo, para o lúdico, por conseguinte, desenvolve a criatividade dos alunos.

2. MODOS DE ALFABETIZAR NO GRUPO ESCOLAR PADRE MÁRIO FORESTAN

Pesquisadores que trabalham com a Alfabetização consideram que o trabalho sobre o tema, deveriam trazer as questões relativas aos métodos, as cartilhas, a legislação, a estrutura da instituição, entre

outros. A alfabetização brasileira aconteceu, sobretudo pela disputa dos métodos. Os métodos mais conhecidos são os métodos sintéticos e os métodos analíticos. O método sintético é um dos processos mais antigos, ele parte da oralidade para a sistematização da leitura memorística, embora seja um método muito usado e conhecido, expõe limitações, por não apresentar situações reais da concepção de apropriação da língua materna e os processos de aquisição de leitura e escrita como algo natural do ser humano, explorando letras ou sílabas de forma descontextualizadas, distantes das práticas e usos sociais. Dessa forma a aprendizagem carece de sentido, prejudicando o ensino, pois o método sintético faz com que o aluno perceba o texto de forma isolada, levando-o a ler mecanicamente, impedindo a sua compreensão.

O método global ou analítico foi criado pelos ideais de Decroly e vários intelectuais ligados aos pressupostos da Escola Nova, ele foi criado para despertar o interesse das crianças porque as práticas de alfabetização são difíceis e podem ser consideradas enfadonhas pelos alunos. Esse método consiste:

Na primeira etapa, a criança lê se apoiando em um material constituído de palavras e de pequenas frases acompanhadas de gravuras. Olhando a imagem, ela evoca palavras simples tomadas da linguagem cotidiana (por exemplo: “Olhe o Júlio sentado no colo da mãe, ela está lavando os braços, as pernas”). Mostra-se, a seguir, a linha escrita sob a figura (Júlio tem braços e pernas), depois as palavras isoladas do comentário da imagem (os braços e as pernas). Descreve-se as palavras, sua extensão, suas utilizações específicas, e compara-se com outras palavras conhecidas [...] fixa na memória a palavra a partir dos seus caracteres gráficos [...] progressivamente, pode-se utilizar esse saber, para ler outros textos escritos. De outra parte, etiquetar todos os objetos que se encontram na sala de aula, cada criança adquire rapidamente o conhecimento global de dezenas de palavras. Na segunda etapa, ensina-se efetivamente decifrar novas palavras por analogia com as que são conhecidas. Com esse objetivo, decompõe a palavra desconhecida em unidades gráficas ou sílabas comparáveis àqueles que foram

isoladas em outras palavras (CHARTIER; HERBARD, 2001, p.146).

Ao tratar do processo de alfabetização, as cartilhas são um elemento norteador das práticas de muitos professores alfabetizadores, de acordo com Maciel (2002) as cartilhas e os métodos são eixos centrais para a pesquisa da história da alfabetização. “A abordagem histórica das cartilhas vem responder também a necessidade de compreender as práticas escolares da leitura e da escrita e as transformações das concepções de ensino-aprendizagem da alfabetização ao longo do tempo” (MACIEL, 2008, p. 240).

Chartier (1998) argumenta que o livro é um objeto cultural e como tal é incorporado nas práticas pedagógicas. Analisando o livro é possível depreender a própria prática, pois, indica que a representação de um livro pode retratar ao mesmo tempo uma prática docente. À vista disso, analisar as cartilhas traz elementos sobre o fazer-pedagógico, mesmo que esse não seja a única referência para as práticas do professor. Podemos inferir que o livro condiciona as práticas, portanto estudar o livro didático é importante para construir a história da alfabetização, especialmente quando o livro possibilita revelar as práticas alfabetizadoras.

Sobre as normativas, presentes na legislação escolar, onde são definidas as orientações sobre as práticas escolares dos professores, o Governo mineiro publicou um Manual de Ensino, conhecido como Programa do Ensino Primário Elementar da Secretaria de Educação de Minas Gerais (1961), este foi elaborado para ser um guia para o professorado mineiro, respeitando os objetivos nacionais da educação. As disciplinas foram organizadas com base ao culto das tradições pátrias, dos costumes e da religião, caberia à escola formar o cidadão e o patriota. As disciplinas do programa foram distribuídas em Língua Pátria; Aritmética e Geometria; Geografia, História do Brasil, Moral e Civismo, Ciências Naturais, Higiene e Puericultura; Desenho e Trabalhos Manuais; Música e Educação Física. O ensino religioso, juntamente com os conteúdos de Moral e Cívica perpassa todos os campos de conhecimento e serão a base de uma educação fundada em valores éticos, morais que possibilita desenvolver aspectos mais amplos e significativos da índole humana.

Naquele momento, era uma prática recorrente dos grupos escolares fazer visitas em fábricas ou indústrias, promover passeios em espaços pitorescos do bairro ou em outras localidades. Esses passeios tinham o caráter pedagógico, portanto, essas excursões tinham a finalidade de apresentar aos alunos o funcionamento do mundo do trabalho ou conhecer algum aspecto da natureza, mas, tais atividades ofereciam aporte para muitas intervenções pedagógicas que deveriam ser trabalhadas antes, durante e após as excursões pelas professoras porque também tinham o objetivo despertar nos alunos o desejo de ler:

[...] são atividades que enriquecem as experiências da criança e desenvolve as suas capacidades de pensar;

1. Excursões em lugares de maior interesse, como padaria, fábricas de macarrão, de gelo, serrarias, serralherias, hortas, mercados, feiras, etc.;
2. Observação e trato de animais e plantas;
3. Histórias lidas e narradas pelo professor;
4. Histórias apresentadas em teatro de fantoches;
5. Leitura de poesias pelo professor (MINAS GERAIS, Programa de Ensino Primário Elementar, 1961, p.12)

Outra prática recorrente, no cotidiano escolar era preparação e organização dos eventos festivos, atividades que aconteciam com frequência no GEPMF. Essas festividades contavam com a participação da comunidade e autoridades locais, muitos eventos eram pensados para arrecadar fundos que seriam investidos na melhoria do grupo, como no caso das festas juninas com arrecadação de prendas, vendidas em leilões e a festa da rainha da primavera que consagrava vencedora aquela que tivesse vendido mais votos. Havia também, festividades comemorativas como o dia das mães, dia dos pais, dia das crianças. E também festividades religiosas como a Coroação de Nossa Senhora no mês de maio, bem como as festividades cívicas:

Lá fazia muita festa, aproveitava dias comemorativos como o dia das mães, o dia dos pais, o dia das crianças, ou fazia festa em homenagem ao Padre Mário. No grupo, os professores recebiam os alunos no pátio, todos os dias antes do

início das aulas, esses ficam em fila e cantavam o hino nacional. Havia outro tipo de comemoração, os desfiles, que eram realizados nos feriados nacionais ou municipais, por exemplo: no dia da Independência do Brasil ou aniversário da cidade (GONÇALVES, 2017, p.148).

O processo educacional é um instrumento de intervenção política-pedagógica e as normativas governamentais, para que a escola corrija os problemas sociais por meio das práticas educativas, ou seja, as instituições escolares trabalham com as diretrizes curriculares, essas norteiam as intervenções pedagógicas que se expressam no interior dos conteúdos, métodos, materiais didáticos, formas de avaliações, entre outras. Diante disso, o professor exerce um papel relevante, cujo trabalho precisa se alinhar com a dinâmica escolar, os alunos e todos que lidam com a educação, especialmente na Alfabetização.

Mas tinha também as comemorações cívicas. Talvez você encontre os registros das comemorações cívicas, as coisas que os meninos faziam, tinham passeios que os meninos faziam. Naquela época dava-se muita ênfase a moral e cívica. Então tinha comemoração cívica de todas as datas importantes do calendário, cantava-se o hino nacional todos os dias. Mas teve uma época que tinha que cantar o hino nacional toda segunda-feira, nos inícios das semanas, isso era uma determinação, que todo início da semana tinha que fazer. Antes de entrar para sala de aula, reunia-se no pátio, cantava o hino nacional, às vezes, fazia uma apresentação, para começar a semana, não era mais todo dia como antigamente (FARIA, 2017 apud OLIVEIRA, 2018, p. 140).

De acordo com os relatos das professoras, as festividades escolares sempre aconteciam, essas poderiam estar vinculadas aos interesses internos do grupo escolar ou definidas pelas políticas educacionais nacionais, essas festividades eram executadas pelos professores e seus alunos.

Todo trabalho que antecede uma festividade exige planejamento, pois, a organização de um evento festivo exige uma ação conjunta de todos os profissio-

nais que atuam na escola, especialmente, exige uma parceria entre os professores e os alunos para que o evento aconteça de forma organizada e atrativa para os convidados externos. Para tanto, é possível concluir que as festividades carregam em si um potencial para novas aprendizagens, enquanto professores e alunos se preparam para os eventos comemorativos.

De acordo com a data comemorativa, os professores oportunizam aos alunos o contato com diversos livros de literatura, pela leitura de histórias referente ao tema ou pela pesquisa bibliográfica para a elaboração e exposição de trabalhos, ensaios de músicas, de apresentações de danças ou de peças teatrais. Todos os preparativos podem ser trabalhados como uma ferramenta didático-pedagógica, porque além de propiciar a expressão artística dos alunos, essas atividades são momentos ricos de aprendizagem, pois as mesmas apresentam aos alunos os bens culturais da sociedade brasileira.

Outro aspecto que justifica as festividades escolares como estratégia de formação do cidadão e a sua socialização com o meio onde vive, segundo Greive, os espaços escolares promoveram estratégias de inclusão para diminuir as diferenças sociais e culturais entre a população:

Entre as várias estratégias para enfrentar as diferenças, constitui a difusão da educação estética das populações pelos conteúdos escolares, na organização do espaço urbano e na rotinização de acontecimentos promovedores a emoção estética, as festas escolares, as festividades dos escolares na cidade. [...] Com o objetivo de dar visibilidade à modernidade, concretizar no espaço urbano novas atitudes e valores – a elegância, os bons costumes, o patriotismo, a civilidade (GREIVE, 2006, p. 400)

As escolas foram disseminadas pelas cidades como espaço para perpetuar os valores e interesses das elites dirigentes, dessa forma, a educação tem o compromisso de formar o cidadão e o trabalhador, os espaços escolares supostamente formam, libertam e oportunizam a construção da autonomia, no entanto, somente a educação estética promove a liberdade individual, apura o gosto pelo belo e materializa a criatividade humana, mesmo que o espaço escolar molde os

alunos de acordo com as convenções sociais e regras de civilidade da elite. Tais valores e regras visam o melhoramento da sociedade, o refinamento das atitudes pela compreensão do bem e do mal, e assim, desenvolvem-se entre os alunos as redes de sociabilidade pelas práticas socialmente e culturalmente aceitas. À vista disso, os currículos preconizam que a escola confirme os valores da sociedade. Segundo Souza:

A formação do cidadão ancorou-se de um lado, nas possibilidades de integração social pelo cultivo da formação cívico-patriótica, pela afirmação da nação como projeto político e pela difusão dos elementos das ciências, das técnicas, das letras e das artes; de outro lado, na constituição de culturas escolares distintas configuradas em diversos tipos de estabelecimentos de ensino e em modos diferenciados de distribuição e apropriação de conhecimento e de produção de disposições, de percepções de mundo e de pessoas (SOUZA, 2008, p.19)

O processo educacional faz uma distinção entre a educação e formação do povo e educação da elite, para tanto o currículo dos grupos escolares foram instituídos como espaço para a educação primária, ou seja, lugar onde a população seria alfabetizada, os grupos escolares tinham função utilitária de civilizar a população, para tanto, as disciplinas ou conteúdos escolares foram pensados de acordo com essas finalidades.

Matemática, Ciências, Estudos Sociais, Português, tinha tudo isso, todos os conteúdos. O professor mostra, explica o conteúdo, mostrava na prática, por exemplo, conhecer o espaço físico da escola, como a escola estava organizada, a função que as pessoas exerciam na escola, os valores e os comportamentos adequados para cada situação ou lugar (GONÇALVES, 2017 apud OLIVEIRA, 2018, p.153).

Assim sendo, a educação se tornou um direito de todos e sua expansão foi gradativa, seguindo prescrições modernizadoras que estão presentes nas grades curriculares em que cada área do saber tem uma função que contribui com a vida humana, como [...] língua materna, matemática, ciências, história, geografia, educação física, instrução moral e cívica, desenho e

trabalhos manuais foram considerados conteúdos válidos para a educação popular (SOUZA, 2008, p.21).

Se cada área do conhecimento tem a função de contribuir com a vida humana, segundo Fernando Azevedo, considerada que a educação estética introduzida no sistema educativo, seus principais benefícios estão na força agregadora presentes nas ações pedagógicas tem o papel de certificar o poder da amizade, da solidariedade e na constituição da coesão social. Portanto, as festividades são formas de expressão artística, estética e cultural dos alunos e são representações da criatividade humana, que se transformam pela intervenção didática dos professores em elementos de novas aprendizagens e se consolidam nas apresentações realizadas durante as festividades.

De acordo com o relato da professora Gonçalves, logo após o encerramento das festividades, os alunos são convidados a refletir e registrar em forma de texto ou desenhos, como uma espécie de avaliação do processo, o que haviam apreendido enquanto estavam executando as tarefas para o evento comemorativo:

Os alunos faziam as redações de acordo com o que haviam aprendido e eu pregava na porta, ou pegava um cordão e fazia um varalzinho lá fora, logo depois de realizada as atividades, eu exponha lá fora porque gostava de mostrar os talentos dos meus meninos. Eu gostava de exibir os meus meninos, [...] eles quando chegavam ao grupo não sabiam nada, e eu sempre trabalhei muito com eles. Para incentivá-los, eu punha as atividades deles no varal, com as atividades expostas, eu ia de sala em sala, avisando que na hora do recreio eles poderiam apreciar os trabalhos dos meus alunos que estavam expostos (GONÇALVES, 2017 apud OLIVEIRA, 2018, p.154).

O processo de alfabetização é multifacetado, de acordo com Soares, a alfabetização é um fenômeno complexo, que não se restringe aos métodos, pois tem uma natureza processual que envolve aspectos psicológicos, psicolinguístico, sociolinguístico e linguístico, tornando a alfabetização um processo multifacetado que recebe influências sociais, culturais e políticas. Todos esses aspectos refletem nos métodos, nos ma-

teriais didáticos, sobretudo, nas práticas do professor.

Soares (1985, p.20) descreve a alfabetização como “[...] um processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita [...]”, considerando que o processo de alfabetização não se esgota na aquisição dessas habilidades, embora tenha também essa especificidade quando se trata da aquisição inicial da leitura e escrita:

Ler e escrever significa o domínio da mecânica da língua escrita; nessa perspectiva, alfabetizar significa adquirir a habilidade de codificar a língua oral em escrita (escrever) e decodificar a língua escrita em oral (ler). A alfabetização seria um processo de representação de fonemas em grafemas (escrever) e de grafemas em fonemas (ler) (SOARES, 1985, p.20).

Mas esse processo de aquisição da língua vai além, não se restringe a especificidade da etapa da alfabetização, pois o processo de desenvolvimento da língua é contínuo e permanente, “sem dúvida a alfabetização é um processo de representação de fonemas e grafemas, mas também é um processo de compreensão/expressão de significado do código escrito” (SOARES, 1985, p.20), engloba o uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que se concretiza pelas habilidades de comunicação, compreensão de mundo, aquisição e transmissão de conhecimentos.

A educação estética, tal como é compreendida na modernidade, é parte do contexto de valorização das culturas nacionais e, ao mesmo tempo, da valorização do sujeito autônomo, individualizado e racionalizado que por isso é capaz de se identificar com os princípios e valores universalizados, necessários à harmonia social (VEIGA, 2016, p. 409).

Portanto, de acordo com esses pressupostos, junto com a Educação Estética visa a educação dos sentidos e desenvolvimento da percepção sensorial e cultural do indivíduo, a vista disso, as atividades desenvolvidas na preparação das festividades escolares são possibilidades para que o professor provoque seus alunos aplicarem os conhecimentos adquiridos pelas práticas escolares de leitura e escrita, e assim, os alunos podem confeccionar os trabalhos de acordo

com os conhecimentos sobre o tema pesquisado na preparação e elaboração das atividades pertinentes às festividades.

Dessa forma, os trabalhos apresentados pelos alunos são frutos dos aprendizados adquiridos, desenvolvidos pela mediação da professora, a educação estética enquanto alfabetizadora é fundamental para a educação da sensível na formação do indivíduo. Ainda que a alfabetização brasileira tenha cumprido muitas finalidades, certamente, é um processo vivo a serviço do entendimento, na qual, a principal destinação é o desenvolvimento da comunicação, pois, a alfabetização é um processo individual, mas também sociocultural de apreensão e apropriação das diversas linguagens comuns do cotidiano como falar, escutar, ler, escrever, tocar, cantar, representar (PÉREZ, 2008, p.199).

Baseado nas festividades, o aprendizado é construído durante as atividades preparativas, porque os alunos interagem entre si, enquanto o professor segue as diretrizes do programa de ensino, promove o desenvolvimento dos alunos pelo aumento do desempenho individual dos mesmos, por meio das representações sociais e culturais presentes na comunidade local, em consonância, com o período pesquisado.

O regime republicano tinha um grande desafio, ele está posto em diversas frentes, seguindo os seus ideais, todos os homens são iguais perante a lei, tal fato, gerava tensão entre os dirigentes nacionais, no entanto, visava a construção de uma nação forte pela formação de um novo povo, organizando uma tradição e formando uma memória coletiva e dessa forma, elaborando uma identidade nacional com a qual se sentissem representadas e pertencentes ao país. Seus propósitos se resumiam em que os brasileiros compartilhassem uma só história cultural sobre o símbolo de Ordem e Progresso na bandeira nacional e constituíssem uma nova ordem urbana.

Seguindo o exemplo dos países europeus e norte-americanos que apostaram na organização do sistema de ensino para formar o cidadão e o trabalhador para atuar nas indústrias, de acordo com esses propósitos, os dirigentes nacionais reconhecem que a organização da educação elementar seria a alternativa viável para concretizar seus propósitos, “os grupos escolares traziam consigo a atualização do tempo es-

colar com outros símbolos, signos, portanto, valores, sensibilidades, enfim, outras culturas” (FARIA FILHO, 2014), além de integrar pessoas distintas no seu ideal de nação, cuja identidade perpassa pela formação do cidadão e do trabalhador:

Entre outras coisas, as novas ações deveriam se voltar para as formas de organização de ensino, para a hierarquização dos saberes, para a difusão de conhecimentos voltados para a redefinição do espaço urbano e construção de escolas e definição do tempo escolar, dando ênfase a determinados conteúdos, materiais didáticos e métodos educacionais (GREIVE, 2016, p. 405).

O tempo escolar deveria seguir o tempo marcado das fábricas, os conteúdos escolares se basearam na produção de costumes, hábitos, valores representativos dos ideários republicanos, Greive (2016) destaca que a educação pública brasileira é leiga e gratuita, mas traz consigo os pressupostos da República e de acordo com a crença sobre o poder do ensino sistematizado nos grupos escolares para “regenerar, moralizar, disciplinar e unificar” um povo tão distinto em uma nação, portanto, o espaço escolar oferece diversas formas de sociabilidade, presentes nos conteúdos disciplinares e na educação estética e nas festividades.

Não apenas a instalação e a inauguração dos Grupos Escolares são celebradas como espetáculo único e político, que conta com a participação de autoridades e concidadãos. O hastear da bandeira cotidianamente, passa a ser uma cerimônia que interessa aos alunos e as pessoas presentes. As festas escolares são concorridas. [...] A entrega de notas e boletins ocorre em cerimônias cívicas, seguida de festa para os familiares onde os alunos são convidados a apresentarem para as suas famílias, espetáculos a respeito de temas morais e higiênicos, “falando sobre o mal que produz as bebidas alcoólicas, o jogo, o fumo, etc. ou incitando os companheiros a não maltratarem os animais, a não danificarem as árvores, a respeitarem as leis e as autoridades, etc.” (FARIA FILHO, 2014, p. 88).

A preocupação republicana sobre a formação estética da população brasileira se justifica porque o povo era considerado “ignorante”, esses careciam de

serem modelados pela instrução formal, dessa maneira, as práticas educativas os tornariam aptos ao trabalho industrial e os capacitaria para serem “polidos” e “prontos” para viverem de acordo com as regras impostas pela sociedade, endossando os ideais republicanos que consideravam os princípios da educação estética importantes, pois, os quais formariam o gosto estético e o sentido do belo em cada cidadão:

[...] Essas referem-se as mais variadas formas de expressão artística como o canto, a dança, a música, a literatura, o teatro, os trabalhos manuais. [...] A concretização dessa educação se faria no desenvolvimento da capacidade de contemplar a beleza urbana, seus jardins e edificações. A nova estética dos prédios escolares e das salas de aulas, as festas cívicas e escolares como auge de uma comunhão nacional e da homogeneidade cultural, em que todos são um só canto e uma só imagem (GREIVE, 2016, p. 406).

Sendo assim, o investimento na educação estética corresponde reafirmar princípios inerentes à natureza humana que envolve “a razão e a sensibilidade” e possibilita o desenvolvimento pleno do indivíduo, pela constituição da sua autonomia e um agente produtor de civilidade, e assim, desempenha um papel importante na formação do “sujeito universal, para além das diferenças”, pela apreciação estética que despertam o prazer e extrapola o caráter utilitário do homem como executor de tarefas (GREIVE, 2016). Os objetivos da educação estética ensinados nos espaços escolares corroboram com os princípios de civilidade, esses se revelam fora dos muros escolares; nas grandes construções neoclássicas espalhadas pela cidade, presentes nos palácios onde abriga os grupos escolares como “templos para a educação”.

De acordo com Faria Filho (2014), os grupos escolares eram construções suntuosas, uma verdadeira obra de arte e estavam localizadas na parte mais nobre da cidade, ocupando um espaço importante no projeto urbanístico das mesmas, portanto, deveriam ser edificadas nas regiões centrais, de fácil acesso, cumprindo os preceitos higienistas, ventilados e promoverem uma boa visibilidade, onde nenhuma ameaça possa atingir a ordem no espaço urbano. À vista disso, a educação representa “um olhar vigilante” e atua no interior da sociedade que

inspeciona e controla, seguindo um ideal modernizador, muitas vezes negando o real, mas que deveriam ser impostas à população:

Imitação, modelo, “presentificação” de um ideal... Representação. No processo histórico, os sujeitos vão-se deparando com o inusitado, o não planejado e se veem obrigados a redefinir metas, rever objetivos, realizar novos diagnósticos. A realidade, [...] com seus limites e dificuldades, impõe a reelaboração de novas representações. Reelaborar para incorporar, tornando o novo assimilável, através da atualização do passado (FARIA FILHO, 2014, p.51-52).

Entretanto, Chartier (2002) alerta que as representações sociais e culturais não são um discurso neutro porque elas estão em harmonia com a realidade política, social e econômica dos grupos dominantes, sendo assim, as experiências humanas estão impregnadas pelas bagagens sociais e culturais, que se perpetuam no campo das concorrências e das competições, porque um determinado grupo social produziu “estratégias e táticas” para impor aos outros suas crenças e seus valores, assim, as representações são constituídas pelo poder e pela dominação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo as professoras que foram citadas para exemplificar as suas práticas ou nos apresentar a rotina escolar, essas contribuíram com sua experiência de alfabetizadoras pelos seus relatos, nos elucidaram que as práticas didático-pedagógicas estavam presentes nos preparativos das festas escolares, elas foram enfáticas ao afirmarem que as festas escolares são importantes porque promove o envolvimento dos alunos nos processos de aquisição da leitura e da escrita, porque todos os elementos presentes na elaboração das festas podem ser aplicados pelo professor como instrumento para promover novas aprendizagens, pois, as mesmas geram oportunidades para a pesquisa e estimula o desenvolvimento dos alunos na busca de novos conhecimentos.

As festividades têm boa receptividade pela comunidade escolar, os familiares se envolvem e participam efetivamente, permitindo um maior envolvimento

e interação dos pais com a escola dos seus filhos, e também pela presença de um grande número de espectadores nessas festividades. De acordo com a Professora Faria ela guarda boas recordações dos tempos que se arrumava com seu uniforme de gala e participava dos desfiles, essas lembranças fazem parte da memória individual e coletiva, sendo que, muitos alunos relatam que as festividades foram a melhor lembrança e a melhor parte da escola, por se sentirem parte de um momento festivo e histórico da sua escola e do seu país, portanto:

Os rituais se repetem na descrição do espetáculo “grandioso e belo”, enfeites, bandeiras, discursos das autoridades, bandas de músicas, as professoras, a apresentação dos alunos, a exaltação da instrução. Nos princípios pedagógicos de produção de uma cultura nacional necessária para a unificação de valores, disseminou-se uma concepção energética para os novos contextos. O homem novo é aquele que experimenta, vivencia, participa da energia emanada nesses tempos festivos. Esse vigor precisa ser estimulado, possibilitando a socialização pelo tom de confraternização, que irradia beleza e encantamento (VEIGA, 2016, p. 417).

Segundo Veiga (2016), as festividades escolares, conseqüentemente, a educação estética “exerce um papel utilitário para a formação de sujeitos socialmente adequados aos desafios sociais seguindo princípios de civilidade”, ou seja, na educação “há uma

permanente associação entre a necessidade de promoção da cultura nacional, a construção de uma identidade nacional, dando para a educação estética um forte caráter moralizante e utilitarista”.

Dessa maneira, as práticas educativas desenvolvidas nos preparativos das festividades, serviam para alfabetizar, instruir, mas também para elevar o padrão moral e gosto estético da população, assim, as autoridades políticas e a elite intelectual se empenhavam em organizar e promover encontros com a cultura nacional, estimulando os alunos, a comunidade escolar e a população em geral “desenvolverem os sentidos, a harmonia, a ordem e o belo”.

A constituição de uma sociedade mais urbana onde pessoas distintas nos seus níveis sociais e culturais, mas iguais perante a lei, exigiu da classe dirigente formar o novo homem, para tanto, investiram na construção dos grupos escolares, por meio dos processos educativos buscavam formar o cidadão e o trabalhador, recorreram os pressupostos da educação estética para serem aplicados e desenvolvidos na escola, esses princípios estavam presentes nas festividades e comemorações de datas cívicas para despertar nos alunos o sentimento de solidariedade, civilidade e pertencimento. Esperavam que com adoção dessas práticas, levasse a população abandonar de hábitos arraigados que ameaçavam os planos dos governantes em transformar o Brasil em uma nação próspera, unida por uma cultura forte e que representava a identidade do seu povo.

4. REFERÊNCIAS

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918)**. Uberlândia: EDUFU, 2015.

LIMA, Ariadne. Laboratório multidisciplinar da UEMG é espaço para pesquisas e reflexão sobre as influências do lúdico na vida humana. **Minas Faz Ciência**, fascículo 35, p. 46-47, set./nov. 2008.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira, As cartilhas e a história da alfabetização no Brasil: alguns apontamentos. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, RS, (11)147-168, abr. 2002.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. História da alfabetização: perspectivas de análise. FONSECA, Thais Nívia de Lima; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.) **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte – MG: Autêntica, 2008.

MORTATTI, M. do R. L. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Geracilda Maria de. **Modos de fazer no Grupo Escolar Padre Mário Forestan**. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

PÉREZ, C. L. V. Alfabetização: um conceito em movimento. In: **Alfabetização: reflexões sobre saberes docentes e saberes discentes**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 178-201.

SOARES, Magda Becker. **As muitas facetas da Alfabetização**. Versão preliminar desse trabalho foi apresentado no XVI Seminário da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional – ABT, em Porto Alegre, de 4 a 9 de novembro de 1984. Publicado no Caderno de pesquisa, SP (52):p.19-24, fev. 1985.

SOARES, Magda Becker. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. Trabalho apresentado no GT Alfabetização, Leitura e Escrita, durante a 26ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Poços de Caldas, MG, de 5 a 8 de outubro de 2003. Publicado pela **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 5-17 jan./fev./mar./abr. 2004.

TRISTÃO, Marly Bernardino; GIL, Natália de Lacerda. **O lúdico na prática docente**. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAGED/UFRGS. Porto Alegre – RS. 2010

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

LOPES, Elaine Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **Educação estética para o povo**. 500 anos de educação do Brasil. 5. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 339-422.